Deputado AFANASIO JAZADJI 2° Vice-Presidente

Publique-se Inclua-se em RIJARDO TRIPOLI - Presidente

SÃO PAULO, ELEIÇÃO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1986 A major votação de um só Deputado Estadual em toda a história do Brasil e o único candidato a receber votos em todos os 572 municípios do Estado.

DE 1995

PROJETO LEI Νō DE

Torna obrigatória a inclusão no currículo Públicas Estaduais Escolas das escolar Basicas conteudo "Noçoes Grau de sobre Trânsito".

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1 º As Escolas Públicas Estaduais de 1º Grau ficam obrigadas a incluir no currículo obrigatório o conteúdo "Noções Básicas sobre Trânsito".

Paragrafo Único -

Ficam os Conselhos de Escola de cada Estabelecimento de Ensino, responsáveis pela inserção do conteúdo de que trata o "caput" deste artigo, nas áreas de estudo do currículo escolar.

Artigo

A Secretaria de Estado da Educação regulamentará por Resolução, no prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta Lei, os conteudo detalhado objetivos e seus a ser ministrado.

Artigo 30

Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a convênios com empresas e orgaos firmar Estaduais e Municipais e entidades representativas da Sociedade Civil para o real cumprimento desta Lei.

REGISTRO GERAL LEGISL. 12023 6020 112 11995 Autualio Ja

fôlhas

PROTOCOLO

ESTE IMPRESSO NÃO FOI PAGO COM DINHEIRO PÚBLICO

Deputado AFANASIO JAZADJI 2° Vice-Presidente

FLS, N.o. 02, PROC. 2023

- Folha nº 2 -

Artigo 4º -

As despesas com a execução desta Lei ficarão por conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, devendo ter no futuro destinação de recursos específicos para o seu fiel cumprimento.

Artigo 5º

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Divisão de urdanamento Legislativo

Esta proposição contém assinaturas

SDC, 19 / 12 /199 S

Chifo de Seção

Deputado AFANASIO JAZADJI

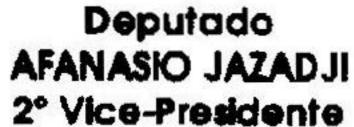
JUSTIFICATIVA

Duas medidas de vital importância vêm há tempos sendo discutidas, porém com pouca ou nenhuma efetividade, já que nada se fez para implementá-las.

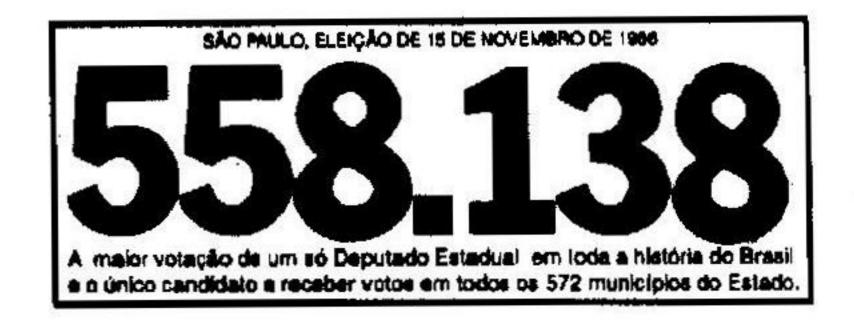
A primeira é a necessidade, cada vez mais premente no caótico trânsito paulista, de se privilegiar o uso de biciletas, criando-se, a exemplo de outras capitais, as chamadas "ciclovias". A segunda é a obrigatoriedade de se educar as crianças, desde os primeiros anos escolares, sobre as regras de trânsito, direitos e deveres dos usuários de ruas e avenidas e os cuidados essenciais à preservação da vida.

ESTE IMPRESSO NÃO FOI PAGO COM DINHEIRO PÚBLICO









- Folha nº 3 -

Da primeira dessas medidas cuidamos ja em Projeto de Lei apresentado a esta Casa de Leis com a proposta de criação de ciclovias.

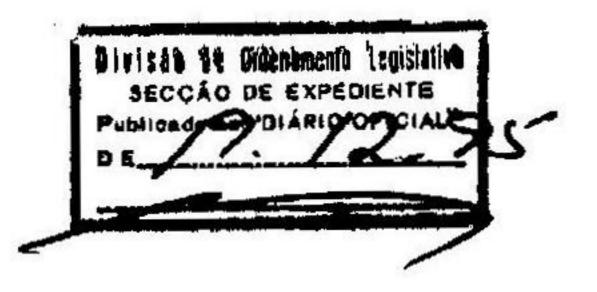
Da segunda medida cuidamos agora, propondo que se inclua no currículo escolar a matéria "NOÇÕES BÁSICAS DE TRÂNSITO". Incutindo na criança o respeito à Lei, dando-lhe precocemente as informações sobre o uso correto do veículo automotor na via pública, a igualdade de obrigações entre os seus usuários e pedestres, tudo isto certamente concorrerá para que se formem novas gerações de pessoas melhor preparadas, o que reduzirá a incidência de acidentes. E de vítimas.

Este projeto vem ao encontro da proposta já formulada pelo nobre Secretário Estadual do Meio Ambiente, que pretende colocar bicicletas nas ruas, como alternativa de transporte fácil e opção melhorar os níveis de poluição.

Estamos confiantes de que estas medidas sejam rapidamente aprovadas e postas em prática, já que o constante aumento do número de veículos e as crescentes dificuldades no trânsito tornam cada vez mais caótica e perigosa a situação em São Paulo.

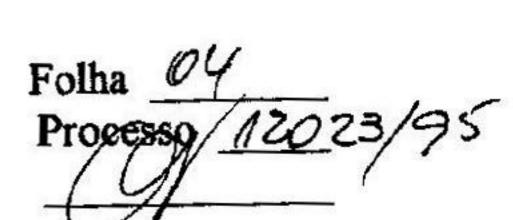
Por todas estas razões, peço e espero dos nobres Pares nesta Assembléia, reflexão do aqui proposto, eventuais sugestões para aperfeiçoar este Projeto de Lei para, ao final, obter sua aprovação em Plenário.

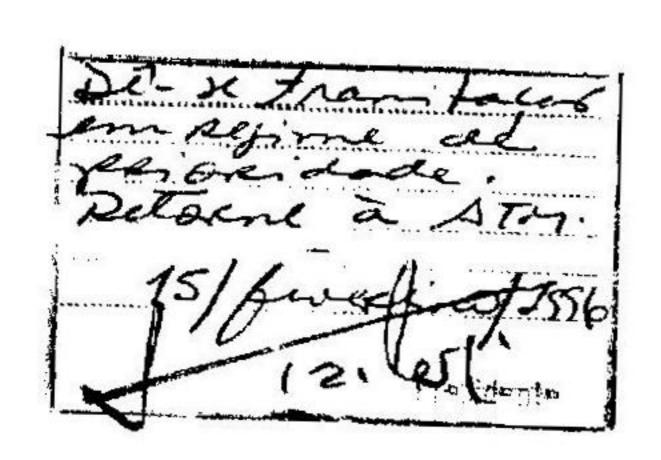


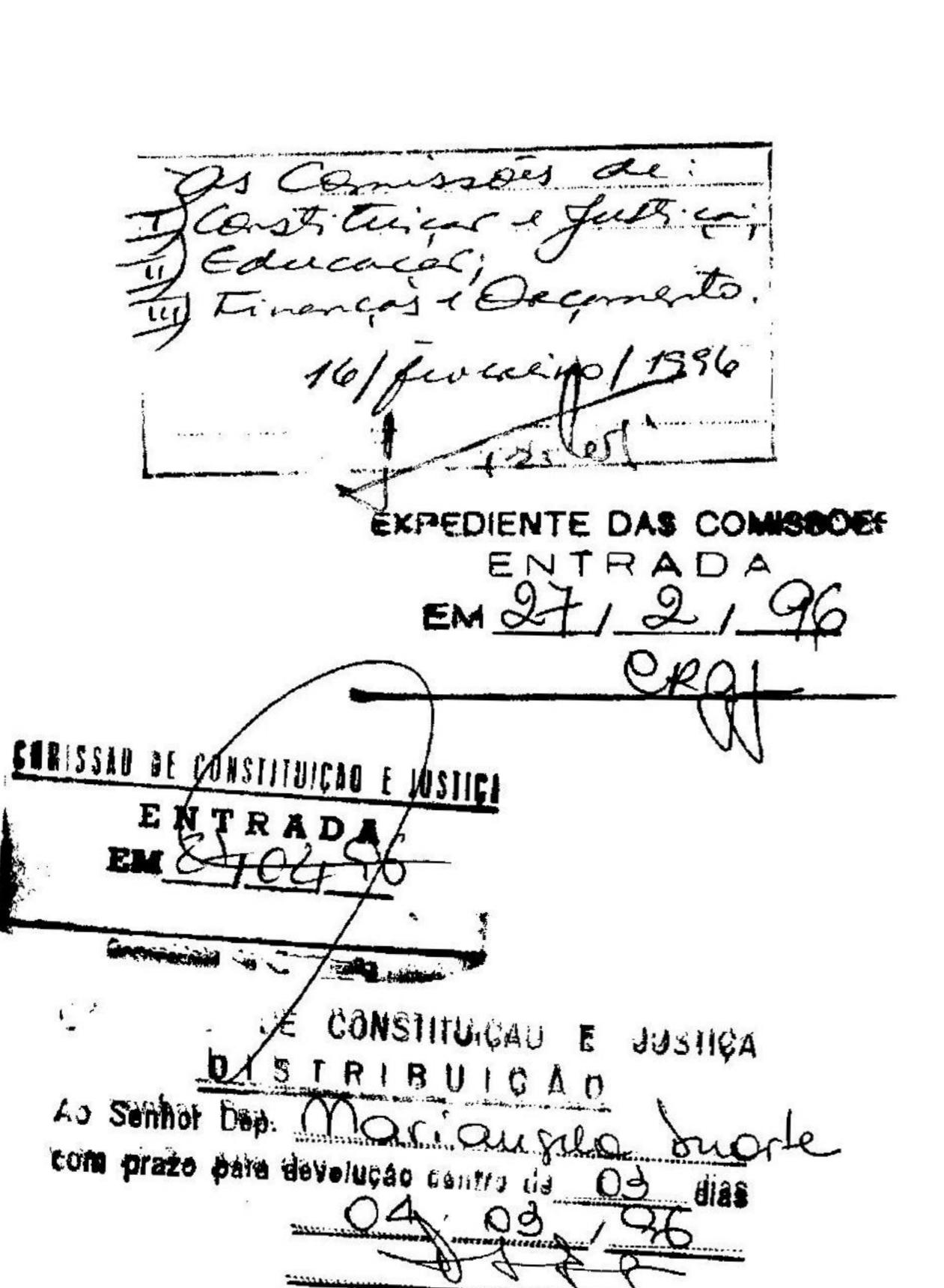


Nos termos do Item 3, Parágrafo único do artigo 148, da VIII Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 1ª à 5ª Sessões Ordinárias (de 2 a 8 de fevereiro de 1996), não tendo recebido emendas e substitutivos.

D.O.L. 9 de fevereiro de 1996







Presidente

	JUNTADA
Se	
intervence Lines	Kelater Special-CCJ
con	n lis. numeradas a partir
ge, S.C	3103
U . U	3
184 Berrie	SECRETARIO DE COMISSÃO

Senhor Assessor Procurador - Chefe:

3/ha n.o. n.o. n.o. n.o. n.o. n.o.

Comunico a Vossa Senhoria que o Projeto de Lei nº 986, de 1995 encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça com o prazo regimental vencido.

ATM, en 11 de março de 1996

Auxiliar Técnico da Mesa

Senhor Presidente:

A vista da informação supra, sugerimos a Vossa Excelência que determine o procedimento previsto no \S^{19} do artigo 61 da VIII Consolidação do Regimento Interno.

ATM, em 11 de março de 1996

Auro Augusto Caliman Assessor Procurador - Chefe

DESPACHO

A ATM, para requisitar da Comissão de <u>Constituição e Justiça</u> o Projeto de Lei <u>no 986, de 1995</u> para as providências previstas no artigo 61 da VIII Consolidação do Regimento Interno.

GP, em 18 de março de 1.996.

RICARDO TRIPOLI

Presidente

Expediente das Comissies
On / sem 1 3023)
ATNI, Em 21 3 / 9b.
Designs Prims which the BALO. BEN BALO. Be a ca qualitade de relator especial, course paracer peta Comusão de Constituição e funtino sobra o Priorito de de 3 dias. 100 1116 Cest de 1016 Cest de 101

JIIII TARA BELLEVILLE CONTROL OF CONTROL OF